



**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NITERÓI
IV CONCURSO PARA ESTÁGIO FORENSE
PROVA OBJETIVA E DISCURSIVA**

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO:

1. Ao receber este caderno, confira atentamente se ele contém 40 (quarenta) questões objetivas e 4 (quatro) questões discursivas, corretamente ordenadas.
2. Caso o caderno esteja incompleto ou apresente qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala que tome as medidas cabíveis.
3. O cartão resposta deve ser preenchido com caneta de tinta azul ou preta, sendo vedada a rasura ou qualquer sinal que identifique o candidato.
4. Não haverá troca do cartão de resposta em nenhuma hipótese.
5. Não é permitido o uso de qualquer material de consulta.
6. Durante a prova, não se comunique com outro candidato, nem saia da sala sem autorização do fiscal de sala.
7. A duração da prova é de 4 (quatro) horas, já incluído o tempo de identificação do candidato e de preenchimento de cartão resposta.
8. Somente após decorrida uma hora do início da prova, o candidato, ainda que tenha desistido do processo seletivo, poderá entregar o cartão-resposta, devidamente assinado, a folha de respostas da prova discursiva e retirar-se do recinto.
9. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala, sendo liberados somente quando todos tiverem concluído a prova ou o tempo tenha se esgotado, e após o registro dos seus nomes na ata de aplicação de prova, com a assinatura de cada um.
10. A desobediência a qualquer uma das determinações constantes nas presentes instruções ou na folha de resposta poderá implicar a anulação da prova

BOA PROVA!



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NITERÓI
IV CONCURSO PARA ESTÁGIO FORENSE
PROVA OBJETIVA E DISCURSIVA

DIREITO CONSTITUCIONAL

1) As normas constitucionais possuem diversos critérios classificatórios. Entre eles, o principal critério é a classificação das normas tendo como parâmetro a sua eficácia. Nessa perspectiva, aponte o enunciado correto:

- a) as normas constitucionais de eficácia contida são as normas que, embora possuam também aplicabilidade com a publicação da norma, caracterizam-se pela possibilidade de sua regulamentação por norma infraconstitucional posterior a fim de equilibrarem a sua eficácia;
- b) as normas constitucionais de eficácia plena demandam regulamentação infraconstitucional para produção de efeitos jurídicos;
- c) a simples publicação das normas constitucionais de eficácia limitada não é capaz de produzir qualquer efeito jurídico;
- d) as normas constitucionais de eficácia limitada não demandam regulamentação infraconstitucional para produção de efeitos jurídicos;
- e) as normas constitucionais de eficácia contida não que podem ter o seu alcance

reduzido pela atividade do legislador infraconstitucional.

2) Sobre os princípios específicos elaborados para a interpretação das normas constitucionais, marque a assertiva correta:

- a) Consoante o princípio do efeito integrador, as normas constitucionais devem ser analisadas de forma integrada e não isoladamente, de forma a evitar as contradições aparentemente existentes entre normas e texto constitucional;
- b) O princípio da justeza ou da conformidade funcional sustenta que o intérprete da norma deve manter fiel observância à repartição constitucional de funções e competências, de forma a não subverter a ordem constitucionalmente estabelecida, em especial a separação dos poderes;
- c) O princípio do efeito integrador defende que os direitos e garantias previstos na Constituição Federal não possuem caráter absoluto e ilimitado; ao invés disso, encontram limites impostos pela própria Constituição quando se esbarram em outros direitos e garantias;



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NITERÓI
IV CONCURSO PARA ESTÁGIO FORENSE
PROVA OBJETIVA E DISCURSIVA

d) De acordo com o princípio da concordância prática, a constituição deverá estabelecer a sua força normativa; o intérprete não pode chegar a um resultado que subverta ou perturbe o esquema organizatório-funcional constitucionalmente estabelecido;

e) Segundo o princípio da máxima efetividade, as normas constitucionais devem ser analisadas de forma integrada e não isoladamente, de forma a evitar as contradições aparentemente existentes entre norma e texto constitucional.

3) A Carta Constitucional de 1988 aborda os princípios fundamentais da República em seu Título I. Sobre a temática, assinale o enunciado correto:

a) A República Federativa do Brasil, formada pela união não indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito;

b) De acordo com a Constituição Federal, a dignidade da pessoa humana não constitui fundamento da República Federativa do Brasil;

c) São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo, o Judiciário e o Moderador;

d) Nos termos da Constituição Federal, todo o poder emana do povo, que o exerce apenas diretamente, nos termos desta Constituição;

e) Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, entre outros, construir uma sociedade livre, justa e solidária.

4) Acerca dos direitos e deveres individuais e coletivos previstos no art. 5 da Constituição da República de 1988, aponte a assertiva correta:

a) ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;

b) é livre a manifestação do pensamento, mesmo que sob a forma do anonimato;

c) a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia e noite, por determinação judicial ou administrativa;

d) é plena a liberdade de associação para fins lícitos, admitindo-se, até mesmo, a associação de caráter paramilitar;



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NITERÓI
IV CONCURSO PARA ESTÁGIO FORENSE
PROVA OBJETIVA E DISCURSIVA

e) as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, decisão judicial de Tribunal.

5) Sobre as ações previstas na Constituição Federal de 1988, assinale a assertiva correta:

a) conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, ainda que amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público;

b) o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político, independentemente de representação no Congresso Nacional;

c) conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania;

d) conceder-se-á habeas data para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de quaisquer registros ou bancos de dados;

e) qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência;

6) Acerca da organização político-administrativa da República Federativa do Brasil delineada pela Carta da República de 1988, marque o enunciado correto:

a) A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos da Constituição;

b) Os Territórios Federais integram o Município, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas em lei;

c) Niterói é a Capital Federal.

d) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NITERÓI
IV CONCURSO PARA ESTÁGIO FORENSE
PROVA OBJETIVA E DISCURSIVA

Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.

e) É permitido aos Municípios recusar fé aos documentos públicos;

7) Conforme o texto da Constituição Federal de 1988, compete aos Municípios, EXCETO:

- a) legislar sobre assuntos de interesse local;
- b) suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;
- c) instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;
- d) criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual;
- e) explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.

8) De acordo com as normas constitucionais de organização do Poder Legislativo, marque a assertiva INCORRETA:

a) Cada Estado e o Distrito Federal elegerão cinco Senadores, com mandato de dez anos.

b) O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal;

c) A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal;

d) O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário;

e) O número total de Deputados, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido por lei complementar, proporcionalmente à população, procedendo-se aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de oito ou mais de setenta Deputados;

9) Acerca do crime de responsabilidade, delineado na Constituição Federal de 1988, assinale a assertiva correta:

a) Compete privativamente à Câmara dos Deputados autorizar, por três quintos de



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NITERÓI
IV CONCURSO PARA ESTÁGIO FORENSE
PROVA OBJETIVA E DISCURSIVA

seus membros, a instauração de processo contra o Presidente da República;

b) Compete privativamente ao Poder Judiciário processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade;

c) No processo de crime de responsabilidade do Presidente da República, a condenação, que somente será proferida por três quintos dos votos do Senado Federal e do Poder Judiciário, à perda do cargo ou inabilitação, por dez anos, para o exercício de função pública, sem prejuízo das demais sanções judiciais cabíveis;

d) As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estado, importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não-atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas;

e) A definição dos crimes de responsabilidade e o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento são da competência legislativa comum da União, Estados e Municípios.

10) Consoante a Constituição da República de 1988, compete

privativamente ao Presidente da República, EXCETO:

a) dispor, mediante decreto, sobre a organização e funcionamento da administração federal, mesmo quando implicar aumento de despesa ou criação ou extinção de órgãos públicos.

b) nomear e exonerar os Ministros de Estado;

c) sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução;

d) prover e extinguir os cargos públicos federais, na forma da lei;

e) manter relações com Estados estrangeiros e acreditar seus representantes diplomáticos.

11) Assinale o imposto que compete ao Município instituir:

a) renda e proventos de qualquer natureza;

b) propriedade predial e territorial urbana;

c) operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior;

d) propriedade de veículos automotores;

e) grandes fortunas.

12) Em conformidade com os sistemas de controle de constitucionalidade



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NITERÓI
IV CONCURSO PARA ESTÁGIO FORENSE
PROVA OBJETIVA E DISCURSIVA

adotado na República Federativa do Brasil, aponte a assertiva correta:

- a) No controle concentrado de constitucionalidade o objeto da ação é a satisfação de um direito individual ou coletivo. A inconstitucionalidade da lei ou ato normativo é alegada incidentalmente “incidentur tantum” por qualquer uma das partes (via incidental ou de defesa);
- b) No controle difuso de constitucionalidade objeto da ação é a própria declaração da inconstitucionalidade ou constitucionalidade da lei ou ato normativo;
- c) O controle incidental de constitucionalidade das leis ou atos normativos pode ser deduzido perante qualquer juiz ou tribunal;
- d) O controle abstrato de constitucionalidade no sistema brasileiro é exercido pelo Superior Tribunal de Justiça;
- e) A legitimidade da ação direta de inconstitucionalidade é universal.

13) Acerca dos efeitos das decisões proferidas no controle de constitucionalidade brasileiro, assina a afirmativa INCORRETA:

- a) As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal,

nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal;

- b) A Câmara dos Deputados pode suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal no controle difuso de constitucionalidade;

- c) Os efeitos das decisões no controle difuso, ou por via de exceção, operam, em regra, de maneira “ex tunc”, ou seja, de modo a alcançar o ato desde a data em que a norma viciada entrou em vigor;

- d) Ao declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, e tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, poderá o Supremo Tribunal Federal, por maioria de dois terços de seus membros, restringir os efeitos daquela declaração ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado;

- e) A decisão proferida no controle difuso de constitucionalidade produz efeitos apenas



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NITERÓI
IV CONCURSO PARA ESTÁGIO FORENSE
PROVA OBJETIVA E DISCURSIVA

entre as partes que integram a relação jurídica processual deduzida em juízo.

14) No que tange à representação de inconstitucionalidade, prevista no art. 125, § 2º, da Constituição Federal de 1988, marque a opção INCORRETA:

- a) a representação de inconstitucionalidade tem por objeto a análise de leis ou atos normativos estaduais ou municipais;
- b) é vedada a atribuição da legitimação para agir a um único órgão na representação de inconstitucionalidade;
- c) a representação de inconstitucionalidade tem a Constituição Estadual como parâmetro de controle;
- d) a representação de inconstitucionalidade pode ter a Constituição Federal como parâmetro de controle;
- e) A Constituição Estadual pode elencar deputado estadual como legitimado ativo da representação de inconstitucionalidade.

15) Sobre o controle de constitucionalidade realizado pelos juízos ou Tribunais, aponte o enunciado INCORRETO:

- a) Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os

tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público;

b) Os juízes, monocraticamente, podem realizar o controle em abstrato de constitucionalidade de leis ou atos normativos;

c) Os órgãos fracionários dos tribunais não submeterão ao plenário, ou ao órgão especial, a arguição de inconstitucionalidade, quando já houver pronunciamento destes ou do plenário do Supremo Tribunal Federal sobre a questão;

d) Os juízes e tribunais podem realizar o controle incidental de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos;

e) Viola a cláusula de reserva de plenário a decisão de órgão fracionário de tribunal que, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público, afasta sua incidência, no todo ou em parte.



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NITERÓI
IV CONCURSO PARA ESTÁGIO FORENSE
PROVA OBJETIVA E DISCURSIVA

DIREITO ADMINISTRATIVO

16) Assinale a opção correta sobre os objetivos da licitação, segundo o disposto na Lei nº 8.666/93

- a) garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, selecionar a proposta de menor valor e promover o desenvolvimento nacional sustentável.
- b) Promover o desenvolvimento nacional, selecionar a proposta de menor valor e garantir a observância do princípio constitucional da isonomia.
- c) Selecionar a proposta mais vantajosa para Administração Pública, promover o desenvolvimento nacional sustentável e garantir a observância do princípio constitucional da isonomia.
- d) Julgamento objetivo das propostas, garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e selecionar a proposta de menor valor.
- e) selecionar a proposta mais vantajosa e promover, exclusivamente, o desenvolvimento regional sustentável;

17) O Direito Administrativo brasileiro possui como fonte formal primordial:

- a) Costumes;
- b) a jurisprudência.

- c) a doutrina.
- d) a lei *lato sensu*.
- e) as práticas administrativas;

18) O princípio que veicula o poder-dever da Administração Pública de rever seus próprios atos, seja para anulá-los ou para revogá-los por questões de conveniência e de oportunidade é:

- a) Autoexecutoriedade.
- b) Eficiência.
- c) Autotutela.
- d) Razoabilidade.
- e) Vinculação;

19) A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 positivou de forma expressa no *caput* do art. 37 princípios específicos da Administração Pública, dentre os princípios positivados não consta:

- a) Eficiência.
- b) Probidade.
- c) Publicidade.
- d) Moralidade.
- e) Legalidade;

20) A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 obriga a observância dos princípios da



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NITERÓI
IV CONCURSO PARA ESTÁGIO FORENSE
PROVA OBJETIVA E DISCURSIVA

Administração Pública as seguintes pessoas:

- a) à Administração direta, integralmente, e à indireta de todos os poderes e às entidades privadas que recebam recursos públicos, parcialmente.
- b) à Administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- c) à Administração Pública direta, e na Administração Pública indireta, sendo esta última de forma subsidiária.
- d) à Administração direta, autárquica e fundacional, exclusivamente.
- e) à Administração Pública indireta, exceto as sociedades de economia mistas.

21 - A criação de órgãos administrativos e de entidades da Administração Pública indireta são classificadas pela doutrina, respectivamente, como:

- a) desconcentração e descentralização.
- b) descentralização e desconcentração.
- c) centralização e concentração.
- d) concentração e centralização.
- e) centralização e desconcentração;

22- Dentre os diversos fundamentos que podem anular o ato administrativo, o

desvio de poder afronta de forma direta ao seguinte princípio:

- a) Motivação.
- b) Autotutela.
- c) Eficiência.
- d) Legalidade.
- e) Impessoalidade;

23 - A Administração Pública indireta é composta pelas seguintes entidades, EXCETO:

- a) o órgão público.
- b) a fundação de direito público.
- c) a associação pública;
- d) a autarquia;
- e) empresas estatais;

24 - O concurso público é regra para o provimento de cargos e empregos públicos, segundo a ordem constitucional vigente, EXCETO na seguinte hipótese:

- a) contratação de empregados públicos por sociedade de economia mista.
- b) nomeação para cargo em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.
- c) para posse em cargo público efetivo nas autarquias.



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NITERÓI
IV CONCURSO PARA ESTÁGIO FORENSE
PROVA OBJETIVA E DISCURSIVA

- d) contratação de empregado público em empresa pública.
- e) para posse em cargo público efetivo nas fundações públicas;

25 - São características (regime jurídico) dos bens públicos, EXCETO:

- a) não onerabilidade;
- b) alienabilidade condicionada;
- c) impenhorabilidade;
- d) vinculação;
- e) imprescritibilidade;

26 - Assinale a assertiva correta quanto às características das autarquias:

- a) estão dispensadas de realizarem licitação para contratação de bens e serviços;
- b) integram a Administração Pública Indireta e não se aplica a seu pessoal a proibição constitucional de acumulação de cargos públicos;
- c) fazem parte da Administração Indireta e têm personalidade jurídica de direito privado;
- d) não estão submetidas ao controle do Tribunal de Contas e do Ministério Público;
- e) são dotadas de autonomia gerencial, orçamentária e patrimonial.

27 - Sobre a responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos, assinale a assertiva correta:

- a) as pessoas jurídicas de direito público respondem subjetivamente pelos danos causados por seus agentes, desde que agindo nesta qualidade, nos danos causados a terceiros.
- b) as pessoas jurídicas de direito público respondem integralmente pelos danos causados por seus agentes, desde que agindo nesta qualidade, nos danos causados a terceiros.
- c) as pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos respondem subjetivamente pelos danos causados por seus agentes, desde que agindo nesta qualidade, nos danos causados a terceiros.
- d) as pessoas jurídicas de direito privado respondem objetivamente pelos danos causados por seus agentes, desde que agindo nesta qualidade, nos danos causados a terceiros.
- e) as pessoas jurídicas de direito público respondem objetivamente pelos danos causados por seus agentes, desde que agindo nesta qualidade, nos danos causados a terceiros.



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NITERÓI
IV CONCURSO PARA ESTÁGIO FORENSE
PROVA OBJETIVA E DISCURSIVA

28 - Assinale dentre as opções abaixo a única opção que **NÃO** representa os agentes públicos:

- a) servidor público estatutário;
- b) agentes políticos (Presidente, Governador e Prefeito);
- c) servidor público celetista;
- d) autoridades religiosas;
- e) nenhuma das hipóteses anteriores;

29) A súmula vinculante nº 13 - “A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal”, que consagra a vedação do nepotismo na Administração Pública brasileira, atende aos seguintes princípios constitucionais:

- a) legalidade e moralidade;

- b) moralidade e razoabilidade;
- c) impessoalidade e legalidade;
- d) moralidade e impessoalidade;
- e) razoabilidade e moralidade;

30) Sobre as modalidades de extinção dos atos administrativos e dos efeitos delas decorrentes, assinale a opção correta:

- a) a Administração Pública não possui poderes para revogar seus atos administrativos discricionários por superveniente razão de interesse público;
- b) o Poder Judiciário poderá revogar atos administrativos dos demais poderes por razão de conveniência e oportunidade;
- c) a anulação do ato administrativo possui efeitos retroativos (*ex tunc*);
- d) os atos administrativos somente podem ser invalidados após provocação dos interessados;
- e) o princípio da autotutela administrativa fundamenta o poder-dever da Administração Pública de rever de ofício e anular seus atos administrativos eivados de vício.



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NITERÓI
IV CONCURSO PARA ESTÁGIO FORENSE
PROVA OBJETIVA E DISCURSIVA

DIREITO CIVIL e PROCESSO CIVIL

31) Carlos contrai empréstimo com Vinicius para o pagamento com juros no valor total de R\$ 10.000,00 (dez mil reais). Para facilitar o cumprimento da obrigação, o credor ainda facultou, no instrumento contratual firmado, o pagamento do montante no termo avençado ou a entrega do boi da raça nelore da fazenda, conforme escolha a ser feita pelo devedor. Ante os fatos narrados, assinale a afirmativa correta.

- a) Trata-se de obrigação alternativa.
- b) Cuida-se de obrigação de solidariedade em que ambas as prestações são infungíveis.
- c) Acaso o animal morra antes da concentração, extingue-se a obrigação.
- d) O contrato é eivado de nulidade, eis que a escolha da prestação cabe ao credor
- e) O devedor pode escolher outro cavalo para cumprimento da obrigação

32) Maria concede a Joana, pelo prazo de vinte anos, direito real de usufruto sobre imóvel de que é proprietária. O direito real é constituído por meio de escritura pública, que é registrada no competente Cartório do Registro de Imóveis. Cinco anos depois da

constituição do usufruto, Maria falece, deixando como única herdeira sua filha Patrícia. Sobre esse caso, assinale a afirmativa correta.

- a) Patrícia herda o direito real de usufruto sobre o imóvel.
- b) Patrícia adquire somente o direito de uso sobre o imóvel.
- c) O direito real de usufruto extingue-se com o falecimento de Maria.
- d) Patrícia deve ingressar em juízo para obter sentença constitutiva do seu direito real de usufruto sobre o imóvel.
- e) O usufruto é nulo de pleno direito em virtude do prazo

33) Quanto à responsabilidade civil, assinale a alternativa correta.

- a) Os pais são responsáveis pelos atos praticados por seus filhos menores, mesmo que não estejam sob a sua autoridade e companhia.
- b) O empregador, por culpa ou dolo, é responsável pelos atos praticados por seus empregados.
- c) O dono de edifício ou construção responde pelos danos que resultarem de sua ruína, se esta provier de falta de reparos, cuja necessidade fosse manifesta.



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NITERÓI
IV CONCURSO PARA ESTÁGIO FORENSE
PROVA OBJETIVA E DISCURSIVA

d) O dono ou detentor do animal ressarcirá o dano por este causado, ainda que a vítima tenha agido com culpa.

e) O direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la não se transmite com a herança.

34) Nos contratos de execução continuada ou diferida, se a prestação de uma das partes se tornar excessivamente onerosa, com extrema vantagem para a outra, em virtude de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis, poderá o devedor pedir:

a) a devolução parcial dos valores excedentes nas prestações pagas ao credor.

b) a resolução do contrato.

c) a rescisão unilateral do contrato.

d) o distrato.

e) a denuncia por crime de estelionato

35) Acerca do contrato de fiança:

a) admite interpretação extensiva.

b) pode ser concedida às obrigações nulas, ainda não declaradas.

c) admite forma verbal ou escrita.

d) deve ser concedida apenas com o consentimento do devedor.

e) pode ser de valor inferior ao da obrigação principal.

36) Em matéria de defesa, entende-se por princípio da eventualidade

a) o dever do réu de alegar, na contestação, toda a matéria que lhe aproveita, sob pena de preclusão.

b) a faculdade do réu de realizar o chamamento ao processo e a denunciação da lide de forma simultânea.

c) a faculdade do réu de não ser compelido a produzir prova contra si.

d) a garantia do exercício de fazer novas alegações em momento posterior.

e) a prerrogativa do réu não apresentar contestação.

37) Dentre as diversas modalidades de intervenção de terceiros, tem-se o chamamento ao processo. Este tem cabimento:

a) na hipótese de ação ajuizada em face do detentor de coisa alheia, como se sua fosse.

b) para a citação dos demais fiadores, quando apenas um deles figurar, originalmente, no polo passivo.

c) pelo evicto, na ação em que o terceiro reivindica a coisa alienada.

d) para chamar ao processo aquele que, pela lei ou pelo contrato, tem obrigação de indenizar, em ação regressiva, o prejuízo do que perder a demanda.



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NITERÓI
IV CONCURSO PARA ESTÁGIO FORENSE
PROVA OBJETIVA E DISCURSIVA

e) quando se pretende que a testemunha ingresse no polo passivo, a fim de prestar o compromisso da verdade.

38) Uma questão preliminar cujo acolhimento não pode levar à prolação de sentença terminativa é a:

- a) conexão;
- b) litispendência;
- c) carência de ação;
- d) coisa julgada;
- e) inépcia da petição inicial.

39) Adriana propôs ação indenizatória em face do Município de Niterói, pleiteando a condenação deste a lhe pagar verba compensatória de danos morais no valor de duzentos mil reais, além de lucros cessantes em valor a ser estimado, em virtude de acidente ocorrido por má conservação de via de responsabilidade do Município. Acolhido integralmente o pleito autoral, foi o ente público intimado da sentença no dia 15 de outubro de 2015, vindo a interpor recurso de apelação no dia 12 de novembro, sem juntar a guia de recolhimento de custas. Relativamente ao apelo manejado, é correto afirmar que:

a) deve receber juízo negativo de admissibilidade, em razão de sua intempestividade e da ausência de preparo;

b) deve o recurso ser conhecido, já que cumpridos os respectivos requisitos;

c) deve receber juízo negativo de admissibilidade, em razão da ausência de interesse recursal, considerando que incide na espécie o duplo grau de jurisdição obrigatório;

d) o recurso não deve ser reconhecido diante da intempestividade;

e) deve o recurso ser conhecido, uma vez que a Fazenda Pública é isenta de preparo e não está sujeita a prazos recursais.

40) Conforme a classificação de Pontes de Miranda, as ações classificam-se em:

a) conhecimento, execução, cautelar, ordinária e sumária.

b) condenatória, declaratória, cautelar e constitutiva.

c) declaratória, condenatória, constitutiva, mandamental e executiva *lato sensu*.

d) absolutória, inibitória, declaratória, constitutiva e mandamental.

e) inibitória, potestativa, mandamental, indenizatória e executiva *lato sensu*.



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NITERÓI
IV CONCURSO PARA ESTÁGIO FORENSE
PROVA OBJETIVA E DISCURSIVA

QUESTÕES DISCURSIVAS

DIREITO CONSTITUCIONAL

1) O Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro extinguiu, sem Representação por Inconstitucionalidade ajuizada por determinada entidade de classe em face do Sr. Presidente da Câmara Municipal do Município de Niterói e do Sr. Prefeito do Município de Niterói. Dentre outros fundamentos utilizados, o Desembargador Relator constatou a impossibilidade jurídica da Constituição Federal de 1988 servir como parâmetro de controle em sede de representação de inconstitucionalidade estadual (RI).

Vale transcrever o dispositivo do acórdão da referida RI:

“Sendo assim e presentes tais fundamentos, JULGO EXTINTA a presente Representação de Inconstitucionalidade, com fulcro no art. 267, inciso I, c/c art. 295, inciso I e parágrafo único, incisos I e III, do CPC.”

Tendo como norte as informações acima, responda objetivamente:

a) Qual o conceito e o(s) pressuposto(s) do controle de constitucionalidade? Explique o(s) pressuposto(s). (10 pontos)

b) Qual o objeto e o parâmetro de controle na representação de inconstitucionalidade no âmbito dos Estados Federativos? De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a Constituição Federal de 1988 pode ser utilizada como parâmetro de controle na representação de inconstitucionalidade no âmbito dos Estados Federados? (10 pontos)



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NITERÓI
IV CONCURSO PARA ESTÁGIO FORENSE
PROVA OBJETIVA E DISCURSIVA

DIREITO ADMINISTRATIVO

2) A cidadã niteroiense Carolina Campanhina dirigiu-se à Secretaria Municipal de Urbanismo para solicitar uma autorização administrativa para a realização de uma quermesse beneficente em determinada rua municipal durante o prazo de 2 (dois) dias.

O Servidor Público efetivo Renan Ruas recebeu o requerimento efetuado pela munícipe e o autorizou. Entretanto, o referido servidor ao proferir o citado ato administrativo já possuía a idade de 75 anos e 2 dias. Sendo assim, analise o presente caso à luz do ordenamento jurídico, abordando os elementos do ato administrativo, a validade do ato e as consequências jurídicas inerentes. (20 pontos)

DIREITO CIVIL E PROCESSO CIVIL

3) Um ônibus da empresa Uberall, sob concessão municipal, trafegava pela Avenida Amaral Peixoto, quando um taxi, avançando o sinal, colidiu violentamente em sua lateral. No acidente, feriram-se dois passageiros do ônibus, além do motorista do taxi e dois pedestres. Diante do quadro acima:

a) discorra sobre a responsabilidade do Município de Niterói e da empresa Uberall em face de cada um dos feridos. (5 pontos)

b) caso seja proposta uma ação em face do Município de Niterói, quais seriam os principais argumentos de defesa (5 pontos)

4) Acerca da Teoria Geral do Processo, elenque e conceitue as condições da ação e os pressupostos processuais. (10 pontos)